

*HUGO DE BRITO MACHADO*

***CURSO DE  
DIREITO CONSTITUCIONAL  
TRIBUTÁRIO***

*2ª edição*

**≡≡≡ MALHEIROS  
≡≡≡ EDITORES**

***CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO***

© **HUGO DE BRITO MACHADO**

*1ª edição, 03.2012.*

ISBN 978-85-392-0261-4

*Direitos reservados desta edição por  
MALHEIROS EDITORES LTDA.  
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171  
CEP 04531-940 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495  
URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)  
e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição*  
PC Editorial Ltda.

*Capa*  
*Criação: Vânia Lúcia Amato*  
*Arte: PC Editorial Ltda.*

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*  
01.2015

**SUMÁRIO**

<b><i>Apresentação</i></b> .....	15
 <b>Capítulo I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS</b>	
<b>1. <i>Importância dos conceitos</i></b>	
1.1 <i>Os conceitos e a teoria</i> .....	21
1.2 <i>Conceitos e definições</i> .....	24
<b>2. <i>Poder e Direito</i></b> .....	26
<b>3. <i>Poder e competência</i></b> .....	28
<b>4. <i>O Estado</i></b>	
4.1 <i>Estado e tributo</i> .....	30
4.2 <i>Estado de Direito</i> .....	31
4.3 <i>A relação tributária</i>	
4.3.1 <i>Questionamento em torno de sua natureza</i> .....	33
4.3.2 <i>Separação dos Poderes do Estado</i> .....	36
4.3.3 <i>Aperfeiçoamento da separação das funções estatais</i>	40
4.3.4 <i>Efetividade da jurisdição</i> .....	41
4.4 <i>Manifestações de poder na relação tributária</i>	
4.4.1 <i>Manifestações na atividade legislativa</i> .....	42
4.4.2 <i>Sanção pelo exercício de um direito fundamental</i> ....	43
4.4.3 <i>Taxa inconstitucional</i> .....	45
4.4.4 <i>Efetiva limitação do poder de tributar</i> .....	45
<b>5. <i>A Constituição</i></b>	
5.1 <i>Finalidade essencial</i> .....	47
5.2 <i>Evolução e aperfeiçoamento</i> .....	49
<b>6. <i>Direito constitucional tributário</i></b>	
6.1 <i>Relações do direito tributário com o direito constitucional</i>	50
6.2 <i>Supremacia constitucional</i> .....	50
6.3 <i>Âmbito constitucional do tributo</i>	
6.3.1 <i>Hierarquia das normas no ordenamento jurídico</i> ....	52
6.3.2 <i>Um conceito do direito positivo</i> .....	53

6.3.3	<i>Âmbito constitucional do tributo como gênero e como espécie</i> .....	54
6.3.4	<i>Opção terminológica</i> .....	55
6.3.5	<i>Âmbito constitucional do tributo e lei complementar</i> .....	56
6.4	<i>Hipótese de incidência e fato gerador</i>	
6.4.1	<i>Prescrição normativa e realidade fática</i> .....	57
6.4.2	<i>Hipótese de incidência tributária</i> .....	57
6.4.3	<i>Fato gerador</i> .....	58

## Capítulo II – OS PRINCÍPIOS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

### 1. O tributo e suas espécies

1.1	<i>O tributo</i> .....	60
1.2	<i>As espécies de tributo</i> .....	61
1.3	<i>Os impostos</i>	
1.3.1	<i>Conceito de “imposto”</i> .....	63
1.3.2	<i>As funções do imposto</i> .....	64
1.3.3	<i>Classificação dos impostos</i> .....	67
1.3.3.1	<i>Impostos federais, estaduais e municipais</i> ...	68
1.3.3.2	<i>Impostos fixos, graduados, proporcionais, progressivos e regressivos</i> .....	69
1.3.3.3	<i>Impostos diretos e indiretos</i> .....	70
1.3.3.4	<i>Impostos fiscais e extrafiscais</i> .....	72
1.3.3.5	<i>Impostos cumulativos e não cumulativos</i> ..	72
1.3.3.6	<i>Impostos ordinários e extraordinários</i> .....	73
1.3.4	<i>Competência para a instituição de impostos</i> .....	74
1.4	<i>As taxas</i>	
1.4.1	<i>Âmbito constitucional das taxas</i> .....	75
1.4.2	<i>Conceito e características essenciais da taxa</i> .....	76
1.4.3	<i>As espécies de taxa</i> .....	81
1.4.4	<i>A base de cálculo das taxas</i> .....	81
1.4.5	<i>Competência para instituição</i> .....	82
1.4.6	<i>Distinção entre taxa e preço público ou tarifa</i> .....	84
1.5	<i>A contribuição de melhoria</i>	
1.5.1	<i>Conceito</i> .....	88
1.5.2	<i>Função</i> .....	89
1.5.3	<i>Âmbito constitucional da contribuição de melhoria</i> ...	90
1.5.4	<i>Competência para instituir contribuição de melhoria</i>	91
1.5.5	<i>Os limites da contribuição de melhoria</i> .....	92
1.5.6	<i>Posturas doutrinárias sobre os limites</i> .....	93
1.5.7	<i>Inadmissibilidade da supressão dos limites</i> .....	101

1.5.8	<i>Por que está em desuso no Brasil</i> .....	102
<b>2.</b>	<b><i>O caráter pessoal dos impostos e a capacidade contributiva</i></b>	
2.1	<i>A previsão constitucional e as questões que suscita</i> .....	104
2.2	<i>Alcance da expressão "sempre que possível"</i> .....	105
2.3	<i>O caráter pessoal dos impostos</i> .....	106
2.4	<i>Capacidade contributiva e capacidade econômica</i>	
2.4.1	<i>Capacidade contributiva como dever de solidariedade</i> .....	107
2.4.2	<i>Capacidade contributiva e vantagem decorrente dos serviços públicos</i> .....	108
2.4.3	<i>O princípio no direito positivo brasileiro</i> .....	108
2.5	<i>Capacidade contributiva e consciência fiscal</i>	
2.5.1	<i>Limitações ao poder de tributar e consciência fiscal</i> .....	109
2.5.2	<i>Preferência pelos impostos indiretos</i> .....	111
2.5.3	<i>Conhecimento do ônus tributário por quem o suporta</i> .....	111
<b>3.</b>	<b><i>Limitação quanto à base de cálculo das taxas</i></b>	
3.1	<i>O dispositivo expresso da Constituição</i> .....	112
3.2	<i>Como se explica a regra constitucional</i> .....	113
<b>4.</b>	<b><i>A lei complementar tributária</i></b>	
4.1	<i>O que é uma lei complementar</i>	
4.1.1	<i>Conceitos de lógica jurídica e conceitos de direito positivo</i> .....	114
4.1.2	<i>Lei complementar como conceito de lógica jurídica</i> .....	116
4.1.3	<i>Lei complementar como conceito jurídico-positivo</i> ...	117
4.1.4	<i>Questão de direito intertemporal</i> .....	119
4.1.5	<i>Quorum qualificado para aprovação da lei complementar</i> .....	122
4.1.6	<i>Configuração como espécie normativa na Constituição Federal de 1967</i> .....	125
4.2	<i>Lei Complementar na Constituição de 1988</i>	
4.2.1	<i>Elenco de espécies normativas resultantes do processo legislativo</i> .....	126
4.2.2	<i>Matérias reservadas à lei complementar</i> .....	127
4.2.3	<i>Reserva feita expressamente</i> .....	128
4.2.4	<i>Admitindo a reserva às vezes implícita na referência à lei</i> .....	129
4.2.5	<i>Reserva implícita mais ampla</i> .....	131
4.2.6	<i>Regime especial de elaboração com exigência de quorum qualificado</i> .....	132
4.2.7	<i>Identidade da lei complementar como conceito jurídico-positivo</i> .....	133
4.3	<i>Caracterização da lei complementar</i>	
4.3.1	<i>Explicação para a tese que exige elemento material</i> .	135

4.3.2	<i>Impossibilidade de caracterização pela matéria</i> .....	138
4.3.3	<i>Caracterização pelos elementos formais</i> .....	142
4.4	<i>Matérias próprias da lei complementar tributária</i>	
4.4.1	<i>Conflitos de competência em matéria tributária</i> .....	143
4.4.2	<i>Limitações constitucionais ao poder de tributar</i> .....	145
4.4.3	<i>Normas gerais em matéria de legislação tributária</i> .	147
<b>5.</b>	<b><i>Regime único de arrecadação</i></b>	
5.1	<i>Lei Complementar 123/2006</i> .....	149
5.2	<i>Empresa individual de responsabilidade limitada</i> .....	151
<b>6.</b>	<b><i>Cumulação de competências tributárias</i></b>	
6.1	<i>A regra da Constituição</i> .....	153
6.2	<i>Pouca utilidade da regra</i> .....	153
<b>7.</b>	<b><i>Empréstimos compulsórios</i></b>	
7.1	<i>Considerações introdutórias</i> .....	153
7.2	<i>Importância dos conceitos e coerência da conclusão</i> .....	156
7.3	<i>Natureza jurídica e regime jurídico</i> .....	156
7.4	<i>Tributo e receita pública</i> .....	157
7.5	<i>Natureza jurídica do empréstimo compulsório</i>	
7.5.1	<i>A tese afirmativa da natureza tributária</i> .....	159
7.5.2	<i>Fundamentação da tese na Teoria do Direito</i> .....	160
7.5.3	<i>Destinação e restituição</i> .....	162
7.5.4	<i>Empréstimo compulsório e receita pública</i> .....	163
7.5.5	<i>A doutrina estrangeira</i> .....	164
7.6	<i>Regime jurídico do empréstimo compulsório</i>	
7.6.1	<i>Na Teoria Geral do Direito</i> .....	165
7.6.2	<i>No Direito Brasileiro</i> .....	168
<b>8.</b>	<b><i>Contribuições sociais</i></b>	
8.1	<i>Natureza tributária</i> .....	171
8.2	<i>O objetivo do art. 217 do CTN</i> .....	172
8.3	<i>A norma do art. 4º do CTN</i> .....	173
8.4	<i>Função das contribuições sociais</i> .....	175
8.5	<i>Espécies de contribuições sociais</i>	
8.5.1	<i>Espécie ou subespécie</i> .....	176
8.5.2	<i>Contribuições de intervenção no domínio econômico</i>	176
8.5.3	<i>Seletividade e flexibilidade das contribuições</i> .....	178
8.5.4	<i>Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas</i> .....	179
8.5.5	<i>Contribuições de seguridade social</i> .....	180
8.5.6	<i>Contribuições especiais</i> .....	182
8.5.7	<i>Destinação como elemento essencial</i> .....	183
<b>9.</b>	<b><i>Contribuição de iluminação pública</i></b>	
9.1	<i>Incompatibilidade conceitual</i> .....	183

9.2	<i>Outras incompatibilidades</i>	
9.2.1	<i>Destruição do sistema tributário</i>	185
9.2.2	<i>Separação de Poderes</i>	186
9.2.3	<i>Garantias individuais do contribuinte</i>	187
9.2.4	<i>Compreensão dos limites ao poder reformador</i>	188
9.3	<i>Outras questões relevantes</i>	188
9.3.1	<i>Forma de cobrança</i>	189
9.3.2	<i>Direito à compensação</i>	190

### Capítulo III – LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

1.	<b>O Direito como sistema de limites</b>	192
2.	<b>Legalidade tributária</b>	
2.1	<i>O princípio e a norma</i>	194
2.2	<i>Significados e origem do princípio</i>	196
2.3	<i>Legalidade e tipicidade</i>	199
2.4	<i>Legalidade tributária nas Constituições brasileiras</i>	
2.4.1	<i>Nas Constituições anteriores</i>	202
2.4.2	<i>Na Constituição de 1988</i>	204
2.4.3	<i>A teoria jurídica e a adequada compreensão do princípio da legalidade</i>	205
2.4.4	<i>A expressão “exigir ou aumentar tributo”</i>	206
2.4.5	<i>O significado da palavra “lei”</i>	211
2.4.6	<i>As medidas provisórias</i>	213
2.4.7	<i>Exceções ou restrições ao alcance do princípio da legalidade</i>	214
3.	<b>Isonomia tributária</b>	
3.1	<i>Isonomia como princípio geral do Direito</i>	216
3.2	<i>A isonomia como limitação ao poder de tributar</i>	218
3.3	<i>Desigualdades regionais como critério de discrimen</i>	
3.3.1	<i>Interpretação sistêmica da Constituição Federal</i>	219
3.3.2	<i>Redução das desigualdades como objetivo fundamental</i>	219
3.3.3	<i>Outros dispositivos sobre a redução das desigualdades regionais</i>	219
3.3.4	<i>Disputas entre as unidades federativas</i>	220
3.3.5	<i>A denominada “guerra fiscal”</i>	221
3.3.6	<i>Como a Constituição de 1988 pretendeu evitar a “guerra fiscal”</i>	223
3.3.7	<i>A inconstitucionalidade de leis estaduais</i>	223
3.3.8	<i>Uma possível justificativa para a “guerra fiscal”</i>	224

3.3.9	<i>Caminho adequado para a superação das desigualdades regionais</i> .....	225
3.3.10	<i>Respeito à Constituição Federal</i> .....	227
<b>4.</b>	<b><i>Irretroatividade da lei tributária</i></b>	
4.1	<i>Preservação da segurança jurídica</i> .....	227
4.2	<i>Irretroatividade das leis tributárias</i>	
4.2.1	<i>Como limitação ao poder de tributar</i> .....	230
4.2.2	<i>Retroatividade benéfica ao contribuinte</i> .....	230
4.2.3	<i>A questão da lei interpretativa</i> .....	231
<b>5.</b>	<b><i>Anterioridade da lei tributária</i></b>	
5.1	<i>Anterioridade e anualidade do tributo</i> .....	232
5.2	<i>Anterioridade e irretroatividade da lei</i> .....	234
5.3	<i>Anterioridade anual e nonagesimal</i> .....	235
5.4	<i>O contribuinte como destinatário das garantias constitucionais</i> .....	237
<b>6.</b>	<b><i>Vedação do confisco</i></b>	
6.1	<i>Questões relativas a conceitos</i> .....	239
6.2	<i>Imposto real sobre o patrimônio</i> .....	241
6.3	<i>Imposto sobre a renda e confisco</i> .....	243
6.4	<i>Tributo confiscatório, direito de propriedade e empresa privada</i> .....	244
6.5	<i>Proibição expressa do tributo confiscatório</i> .....	245
6.6	<i>Tributo e carga tributária</i>	
6.6.1	<i>Colocação da questão</i> .....	246
6.6.2	<i>Carga tributária e efetividade da garantia constitucional</i> .....	247
6.6.3	<i>Solução adequada para evitar o efeito confiscatório</i> .....	249
6.6.4	<i>Vedação ao confisco e tributo extrafiscal</i> .....	249
6.7	<i>Vedação do tributo confiscatório e multas</i>	
6.7.1	<i>Extensão do princípio do não confisco</i> .....	252
6.7.2	<i>Distinção essencial entre tributo e penalidade</i> .....	252
6.7.3	<i>Sanção e tributo extrafiscal proibitivo</i> .....	253
6.8	<i>Tributação nas atividades ilícitas</i> .....	254
6.9	<i>A prática do tributo como sanção</i> .....	261
6.10	<i>Ainda a distinção entre tributo e multa</i> .....	262
6.11	<i>Multa sobre venda de mercadoria sem nota fiscal</i> .....	263
6.12	<i>As multas e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade</i> .....	265
<b>7.</b>	<b><i>Liberdade de tráfego</i></b> .....	267
<b>8.</b>	<b><i>Imunidades</i></b>	
8.1	<i>Conceito e natureza jurídica</i> .....	267

8.2	<i>Imunidade, isenção e não incidência</i> .....	268
8.3	<i>A imunidade no capítulo das limitações ao poder de tributar</i>	
8.3.1	<i>O enunciado das imunidades</i> .....	269
8.3.2	<i>Imunidade recíproca</i> .....	270
8.3.3	<i>Imunidade dos templos</i> .....	271
8.3.4	<i>Imunidade dos partidos políticos</i> .....	273
8.3.5	<i>Imunidade das entidades sindicais e das entidades de educação e de assistência social sem fins lucrativos</i> .....	274
8.3.6	<i>Imunidade dos livros, jornais e periódicos</i> .....	279
<b>9.</b>	<b><i>Consciência fiscal</i></b>	
9.1	<i>Como forma de limitação do poder de tributar</i> .....	284
9.2	<i>Demonstração de consciência fiscal</i> .....	286
9.3	<i>Importância da consciência fiscal como limitação do poder de tributar</i> .....	286
<b>10.</b>	<b><i>Especificidade da lei de isenção ou outros incentivos fiscais</i></b>	
10.1	<i>Exigência da Constituição Federal</i> .....	287
10.2	<i>Razão provável da exigência</i> .....	287
10.3	<i>Lei revogadora de isenção</i> .....	288
10.4	<i>A isenção da COFINS para sociedades de profissionais</i> .....	288
10.5	<i>Alguns conceitos de Teoria Geral do Direito relativos ao assunto</i>	
10.5.1	<i>Distinção entre lei e norma</i> .....	290
10.5.2	<i>A norma e a lei instituidora da isenção</i> .....	291
10.5.3	<i>Especificidade da norma de isenção</i> .....	292
10.5.4	<i>Isenção como dispensa do tributo</i> .....	293
10.5.5	<i>Isenção como hipótese de não incidência</i> .....	295
10.5.6	<i>Isenção como exceção à norma de tributação</i> .....	295
<b>11.</b>	<b><i>Substituição tributária para a frente</i></b> .....	296
<b>12.</b>	<b><i>Uniformidade dos tributos federais</i></b> .....	300
<b>13.</b>	<b><i>Tributação da renda gerada pelo Poder Público</i></b> .....	301
<b>14.</b>	<b><i>Isenções heterônomas</i></b>	
14.1	<i>Preservação da autonomia dos Estados e dos Municípios</i> ..	301
14.2	<i>Isenção mediante tratados internacionais</i> .....	303
<b>15.</b>	<b><i>Não discriminação em razão da procedência ou destino dos bens e serviços</i></b> .....	308
 <b>Capítulo IV – ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS</b>		
<b>1.</b>	<b><i>Supremacia constitucional e tributação</i></b>	
1.1	<i>Preservação da segurança na tributação</i> .....	310
1.2	<i>Supremacia constitucional e os conceitos utilizados pelas normas</i> .....	310

<b>2. Atribuição de competências e âmbito constitucional dos tributos</b>	
2.1 Atribuição constitucional de competência tributária .....	311
2.2 Âmbito constitucional dos tributos .....	312
<b>3. Âmbito constitucional das taxas e das contribuições</b>	
3.1 O âmbito constitucional das taxas .....	313
3.2 O âmbito constitucional da contribuição de melhoria .....	314
3.3 O âmbito constitucional das contribuições sociais .....	314
<b>4. Âmbito constitucional dos impostos</b>	
4.1 Imposto de importação de produtos estrangeiros .....	315
4.2 Imposto de exportação .....	316
4.3 Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza	
4.3.1 A Constituição e a lei complementar .....	317
4.3.2 O conceito legalista de "renda" .....	318
4.3.3 Vaguidade ou ambiguidade das palavras .....	319
4.3.4 Liberdade do legislador complementar .....	323
4.4 Imposto sobre produtos industrializados	
4.4.1 A Constituição e a lei complementar .....	323
4.4.2 Antes da Constituição de 1934 .....	324
4.4.3 Nas Constituições de 1934 e de 1937 .....	325
4.4.4 Na Constituição de 1946 e sua Emenda 18 .....	325
4.4.5 Nas Constituições de 1967, 1969 e 1988 .....	326
4.4.6 Conceito de "produto industrializado" .....	327
4.4.7 A industrialização no exterior .....	328
4.4.8 A alegada bitributação .....	330
4.4.9 A superposição ou bis in idem .....	331
4.5 Imposto sobre operações financeiras	
4.5.1 A Constituição e a lei complementar .....	332
4.5.2 A função extrafiscal e as restrições a princípios cons- titucionais .....	334
4.5.3 Fundamentação do ato do Poder Executivo que altera o imposto .....	334
4.6 Imposto territorial rural	
4.6.1 A Constituição e a lei complementar .....	338
4.6.2 Propriedade, domínio útil e posse .....	339
4.6.3 A lei civil definidora do imóvel por natureza .....	340
4.6.4 Distinção entre imóvel rural e imóvel urbano .....	343
4.7 Imposto sobre grandes fortunas	
4.7.1 O âmbito constitucional e a lei complementar .....	345
4.7.2 Competência tributária não exercitada .....	345
4.7.3 Viabilidade técnica .....	345
4.7.4 Razão da não criação .....	346

4.7.5	<i>Deformação do imposto</i> .....	347
4.8	<i>Impostos da competência residual</i> .....	347
4.9	<i>Imposto extraordinário de guerra</i> .....	348
<b>5.</b>	<b><i>Âmbito constitucional dos impostos estaduais</i></b>	
5.1	<i>Imposto sobre heranças e doações</i> .....	349
5.2	<i>Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias</i>	
5.2.1	<i>A extrema complexidade</i> .....	351
5.2.2	<i>A não cumulatividade do ICMS</i> .....	354
5.2.3	<i>Deformação do ICMS</i> .....	355
5.2.4	<i>Seletividade</i> .....	357
5.2.5	<i>Produtos e serviços supérfluos</i> .....	359
5.3	<i>Imposto sobre a propriedade de veículos automotores</i> .....	359
<b>6.</b>	<b><i>Âmbito constitucional dos impostos municipais</i></b>	
6.1	<i>Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana</i>	
6.1.1	<i>A Constituição e a lei complementar</i> .....	360
6.2	<i>Imposto sobre transmissão de bens imóveis</i>	
6.2.1	<i>A Constituição e a lei complementar</i> .....	362
6.2.2	<i>A imunidade e os dispositivos do Código Tributário Nacional</i> .....	364
6.3	<i>Imposto sobre serviços de qualquer natureza</i>	
6.3.1	<i>O âmbito constitucional e a delimitação feita pela lei complementar</i> .....	364
6.3.2	<i>A questão das subempreitadas</i> .....	366
6.3.3	<i>O caráter taxativo da Lista de Serviços</i> .....	369
6.3.4	<i>Interpretação dos itens da Lista</i> .....	370

## Capítulo V – DISTRIBUIÇÃO DAS RENDAS TRIBUTÁRIAS

<b>1.</b>	<b><i>Sistema tributário e Federação</i></b>	
1.1	<i>Divisão dos Poderes</i> .....	372
1.2	<i>Divisão dos recursos públicos</i> .....	373
1.3	<i>Temática alheia ao direito tributário</i> .....	374
<b>2.</b>	<b><i>As técnicas de distribuição das rendas tributárias</i></b>	
2.1	<i>Atribuição de competência e divisão de receitas</i> .....	375
2.2	<i>Dependência política</i> .....	376
2.3	<i>Os conflitos entre as entidades tributantes</i> .....	376
2.4	<i>Reforma e simplificação do sistema tributário nacional</i> .....	377
<b>3.</b>	<b><i>A repartição das receitas tributárias</i></b>	
3.1	<i>Repartição com os Estados</i> .....	377
3.2	<i>Repartição com os Municípios</i> .....	378

3.3	<i>Os fundos de participação</i> .....	379
3.4	<i>Outras formas de participação</i> .....	379
<b>4.</b>	<b><i>Restrições relativas à repartição de recursos tributários</i></b>	
4.1	<i>Restrições à entrega de recursos</i> .....	380
4.2	<i>Disciplina em lei complementar</i> .....	380
4.3	<i>Divulgação obrigatória</i> .....	381

## **Capítulo VI – REFORMA E SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO**

<b>1.</b>	<b><i>Introdução</i></b> .....	382
<b>2.</b>	<b><i>Federalização dos impostos</i></b>	
2.1	<i>Uniformidade da legislação</i> .....	384
2.2	<i>Procedimentos de fiscalização</i> .....	384
2.3	<i>Conflitos na relação Fisco/contribuinte</i> .....	385
2.4	<i>Partilha da arrecadação dos impostos</i> .....	385
2.5	<i>Os impostos</i> .....	386
<b>3.</b>	<b><i>Outras espécies de tributos</i></b> .....	387
<b>4.</b>	<b><i>Repartição das rendas dos impostos</i></b>	
4.1	<i>Preservação da forma federativa</i> .....	388
4.2	<i>Partilha automática dos impostos</i> .....	388
4.3	<i>Os Conselhos de Representantes</i> .....	389
<b>5.</b>	<b><i>Os tributos</i></b>	
5.1	<i>Generalidades</i> .....	389
5.2	<i>Impostos</i> .....	390
5.3	<i>Taxas, contribuição de melhoria e empréstimos compulsórios</i> .....	392
5.4	<i>Contribuições sociais</i> .....	392
5.5	<i>Justiça tributária e impostos indiretos</i> .....	393

## **APÊNDICE**

	<b><i>Constituição Federal (Título VI)</i></b> .....	394
	<b><i>Bibliografia</i></b> .....	406